



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
DIRETORIA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

MICHELLE CÁSSIA DE AMORIM ALVES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE
ALUNOS(AS) EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

MICHELLE CÁSSIA DE AMORIM ALVES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE
ALUNOS(AS) EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

O Projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês, São Francisco do Conde. Orientadora: Professora Doutora Cristina Teodoro Trinidad

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

MICHELLE CÁSSIA DE AMORIM ALVES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE
ALUNOS(AS) EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA**

O Projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês, São Francisco do Conde.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Doutora Cristiane Santos Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Aprovado em 31 de julho de 2017.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	7
2.1	ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	7
2.2	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO	13
2.3	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DA BAHIA	15
2.4	EVASÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO	18
3	OBJETIVOS	21
3.1	GERAL	21
3.2	ESPECÍFICOS	21
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
5	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa de conclusão de curso tem como tema *A educação de jovens e adultos: desafios para a permanência de alunos e alunas na escola em São Francisco do Conde*. Objetiva compreender as situações vivenciadas por jovens e adultos para permanecerem na escola e, ainda, identificar as causas e consequências que levam a evasão desses(as) alunos(as)¹. Visa também entender quais são as estratégias desenvolvidas pela instituição escolar, para assegurar tal permanência destes sujeitos.

De acordo com estudos realizados, jovens e adultos são matriculados na instituição escolar, porém, abandonam os estudos, não finalizando o processo de educativo. Tudo indica que é necessário maior motivação para o prosseguimento nos estudos e, também, precisam contar com profissionais que reconheçam sua capacidade de aprendizagem e, ainda, seu pertencimento a um grupo social discriminado pela sociedade.

A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos em nosso país sempre sofreu interferências no contexto histórico-sócio-político de cada época. Hoje, a ênfase na EJA ganhou maior relevância, mas, ainda é incipiente diante da demanda, ou seja, há falta de uma educação de qualidade, com práticas reflexivas e transformadoras. Assim, é importante que os profissionais inseridos no contexto escolar possam refletir sobre o papel que a escola desempenha na formação dos estudantes jovens e adultos, visando efetivar suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa.

Partindo do pressuposto que a transformação ocorridas na sociedade, a educação de jovens e adultos não pode fixar-se apenas em ensinar a ler e a escrever, é necessário uma formação. Além de devolver ao educando o sentido da cidadania, deve prepará-lo para ser crítico e saber defender seus direitos e responsabilidades na sociedade. Nessa perspectiva que o presente o projeto busca afirmar o que consta na LDB, n.9394/96, ART.1º e 2º “A educação de jovens e adultos tem de partir das formas

¹ A partir deste ponto, será utilizada a nomenclatura geral, ou seja, deixando considerando o artigo (a) e (o)

concretas de viver seus direitos e, da maneira peculiar, de viver seu direito a educação, ao conhecimento, a cultura, a memória, a identidade, a formação e ao desenvolvimento pleno.”

A escolha do tema se justifica pela experiência vivenciada, como docente, da rede municipal de ensino da cidade de São Francisco do Conde e a inquietação em sentir o pouco preparo para o desenvolvimento de minha prática, em grande medida, pela falta de uma formação continuada e direcionada para uma didática que atendesse aos jovens e adultos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, problemas familiares, de saúde e autoestima baixa, além de outros fatores que estes sujeitos também são impactados, como por exemplo, o uso excessivo de álcool, drogas, acarretando em comportamentos de violência.

Os referenciais teóricos, entre outros, pautou-se em autores que trabalham com a temática sobre Educação de Jovens e Adultos. A EJA é uma modalidade de ensino que tem como missão resgatar jovens e adultos que não conseguiram concluir os estudos no ensino regular, por seus diversos motivos. No contexto que será estudado, na cidade de São Francisco do Conde, um dos principais problemas por mim vivenciado foi a evasão escolar. Inicialmente, a leitura possível era de que a Secretaria de Educação e a instituição escolar, tinham enquanto objetivo ofertar ensino de qualidade – isso se evidenciava pelo grande número de alunos que se matriculavam - entretanto, com o passar do tempo, a escola não conseguia retê-los, chegando ao final do processo com um número reduzido de alunos. Portanto, observava sucessivas perdas, resultado, talvez, da necessidade de se rever as práticas pedagógicas adotadas para que o ensino-aprendizagem, fossem mais coerentes e satisfatórios.

Sabe-se que a evasão não pode ser atribuída às causas isoladas, ou seja, é necessário considerar as variadas e diversas necessidades pessoais dos alunos, os fatores de natureza socioeconômica e a organização da instituição escolar. Porém, considero que entre os fatores determinantes da evasão, o mais enfático é aquele voltado para a organização curricular e a metodologia utilizada para o processo de ensino-aprendizagem.

A evasão escolar, de acordo com a leitura realizada, é o que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola, caracterizando, assim, o abandono escolar. Como mencionado, existem vários fatores que impedem a permanência dos jovens e adultos na educação escolar e que podem ocasionar a sua evasão, no entanto, ganham destaque: ensino mal aplicado por meio de metodologias inadequadas, professores mal preparados, problemas sociais, descaso por parte do governo. Desta forma, percebe-se que o problema não é o número de matriculados na educação de jovens e adultos e sim, as estratégias ineficientes para garantir suas permanências na escola. Neste sentido que a pergunta central para o desenvolvido da pesquisa que será resultado do presente projeto, foi formulada:

No percurso realizados por alunos e alunas - jovens e adultos - matriculados no ano e 2016, quais foram os fatores que os levaram a abandonar a escola e o ensino ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde?

2 JUSTIFICATIVA

2.1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de jovens de jovens e adultos – EJA - tem sua história marcada por lutas, desafios e algumas conquistas no âmbito da educação, com um olhar que foi e vai se modificando, diante das constantes mobilizações, fruto do ideal de combate às desigualdades sociais no Brasil. A EJA, ao longo da história do país, caracterizava-se por atender as demandas e necessidades de classes dominantes políticas, econômicas ou religiosas. Segundo as professoras Vera Lúcia da Silva Moura e Maria Luiza A. Serra (2014), no século XX com a ampliação da industrialização no Brasil, a educação de adultos passou por um processo de maior preocupação, visando mais o desenvolvimento da sociedade do que a própria educação do cidadão.

Entretanto, desde o Brasil colônia, de uma maneira geral, ocorrem negligências em relação a educação, essa sempre foi voltada para uma minoria. Nesse período, a

educação era catequizante, direcionada aos interesses do colonizador. De acordo com as autoras citadas,

Adentrando na história da educação do Brasil, verificamos que no período colonial as escolas existentes privilegiavam as classes mais abastadas, a classe de baixo poder aquisitivo não tinha acesso ao ensino escolar. Neste período a educação ficou a cargo dos jesuítas, que se dedicavam a duas tarefas fundamentais, a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Nesse contexto, fazia parte do processo educacional o ensino da escrita e da leitura das crianças. Vale lembrar que os adultos indígenas também foram submetidos a essa ação cultural e educacional e por mais de dois séculos, a educação se desenvolveu nessa conjuntura. (Moura e Serra, 2014, p.3)

Também, as autoras nos ensinam que é na passagem do império para república que a educação foi colocada em debate, considerando o desenvolvimento da sociedade brasileira e a possibilidade de a educação colaborar para o progresso. Porém, com a falta de políticas sólidas voltadas para a educação de adultos, somente em 1940 começou-se a identificar dados significativos de analfabetismo no país. No período, programas e campanhas de educação para adultos foram iniciados com o objetivo de, em uma primeira etapa, desenvolver uma ação extensiva que previa a alfabetização do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Ainda seguindo a lógica das autoras,

O analfabetismo na década acima era visto como causa do subdesenvolvimento no país e o analfabeto considerado como um sujeito incapaz, excluindo do direito de votar, além disso, o trabalho de alfabetização com esses adultos era oferecido de forma infantilizada. Na década de 1950, a campanha de educação de adultos passou por algumas críticas e acabou sendo extinta. (Moura e Serra, 2014, p.5)

No final da década de 50 e início dos anos 60, as políticas públicas voltadas à educação de adultos sofreram mudanças, abrindo espaço a um novo olhar acerca dos problemas frente à alfabetização. Nessa nova visão, foi considerada a pessoa não alfabetizada uma formadora de conhecimento e, correlacionada às mesmas ideias, veio também a afirmação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como referência o educador Paulo Freire.

A partir de 1960 Paulo Freire, com o círculo de cultura organizou a articulação dos movimentos sociais com o programa MEB (Movimento de Educação de Base),

surgindo, assim, várias campanhas e reivindicações que deram impulsos significativos pela causa da educação de jovens e adultos no país. Somente a partir dessa década, é possível falar em ações concretas voltadas para esse público.

Ao fazer uma retrospectiva a partir dessa 1960, pode-se observar vários movimentos que se engajaram nesta luta. Este período foi marcado pela atuação dos movimentos de educação popular e as iniciativas contaram com o apoio da igreja, estudantes e intelectuais. Entre os movimentos, ganham destaque o de cultura Popular (MCP, 1960), o Movimento de Educação de Base (MEB, 1961) e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE, 1961). Os movimentos lutaram contra o analfabetismo no Brasil, mudando a maneira de olhar o sujeito adulto não alfabetizado no contexto social de desigualdades. Entre os movimentos ganha evidência o Movimento de Cultura Popular - coordenado por Paulo Freire - e que tinha como objetivo alfabetizar com uma nova metodologia de aprendizagem para adultos.

O contexto do país, pautado pela ditadura militar a partir dos anos 60, impôs dificuldades e desafios para que os programas voltados à educação de adultos fossem desenvolvidos, sendo assim, tanto o Movimento de Cultura Popular (MCP) vinculado naquela época a prefeitura do Recife e que abrangia o estado do Rio Grande do Norte quanto o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) - que contava com a ajuda do governo do estado de Minas Gerais para ser desenvolvido no interior das regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste, foram extintos em função de uma intervenção do governo militar que destruiu suas instalações.

Paulo Freire criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias de hoje diversos programas de alfabetização e educação popular. De acordo com o documento elaborado sobre o tema pela Organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura (2008), o problema enfrentado pelos analfabetos ganhou uma nova interpretação a partir de Paulo Freire, já que, para ele, os mesmos eram produto da desigualdade social e, nesse sentido, necessitavam de uma educação que operasse na transformação de sua realidade, e a alfabetização deveria ser vista como uma ferramenta crítica que contribuísse para que o sujeito superasse os problemas que afetavam a sua convivência na sociedade.

Em relação à metodologia utilizada por Paulo Freire, as palavras vivenciadas no cotidiano do educando, propiciavam o conhecimento e a aprendizagem, havia também, maior preparação para o educador, visando sua familiarização com a realidade com a qual iria atuar. Essas palavras, na época, eram chamadas de “palavras geradoras”. A título de exemplo, a metodologia foi utilizada em 1962 pela Secretaria do Rio Grande do Norte e teve como resultado, a alfabetização de 300 trabalhadores/as em apenas 45 dias. Segundo Carvalho Barbosa (2011, p. 75), citado por Moura e Serra (2014) “o sucesso dessa experiência em Angicos/RN, valeu ao professor Paulo Freire o convite para repensar a alfabetização de adultos em âmbito nacional”.

No período, o Ministério da Educação incorporou uma série de orientações de Paulo Freire para a organização e desenvolvimento dos últimos programas de caráter nacional de alfabetização de jovens e adultos. Cabe lembrar que até no ano de 1964 todos os programas de alfabetização de adultos foram desestruturados pela ação do governo militar. Nesse período, o educador Paulo Freire sofre exílio, porém, continua a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização, utilizando as palavras geradoras que, segundo Di Pierro, Joia & Ribeiro (2001, p. 60), “além do ponto de vista gráfico e fonético, serviam para sugerir uma reflexão sobre o contexto existencial dos jovens e adultos não alfabetizado, sobre a causa do seu problema e as vias para sua superação”.

De forma brilhante, Paulo Freire conseguiu transformar sujeitos que estavam excluídos do mundo da educação. O método utilizado levou outros educadores e estudiosos da educação de jovens e adultos a analisar a pedagogia envolvida e compartilhar os efeitos positivos da prática.

A proposta educacional de Freire tem como concepções metodológicas o respeito ao educando, o diálogo e o desenvolvimento da criticidade. Mas sua pedagogia fundamenta-se sobre dois princípios essenciais: a politicidade e a dialogicidade. [...] Freire compreende uma educação que não é neutra, pois a mesma quando vista sobre as dimensões da ação e da reflexão de certa existência pressupõe a atuação do homem sobre essa realidade. O princípio da politicidade nas ideias de Freire, concebe a educação como problematizadora, que, mediada pelo diálogo, busca transformação através do pensamento crítico. [...] Já, a dialogicidade, é uma característica essencial da educação libertadora onde através do diálogo, educador e educando se tornam sujeitos do processo educacional e os argumentos de autoridade de nada mais valem. (Moura e Serra, 2014, p. 13)

Em relação aos materiais utilizados nas aulas pelo educador Paulo Freire, os mesmos eram preparados com base nessas palavras geradoras e as aulas formadas por meio de situações-problema, assim, o adulto se educava a partir da discussão de sua experiência de vida. Em sua metodologia de alfabetização não se utilizava cartilha como processo educativo, sendo seu recurso principal, os círculos de cultura, espaços onde aconteciam os debates que davam início ao processo de alfabetização e conscientização do sujeito.

A partir de 1969, o governo Federal organizou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais voltado para oferecer alfabetização para uma ampla parcela de adultos analfabetos das mais variadas localidades do país. Apesar do programa se estender pelo país, não conseguiu atingir os objetivos propostos, erradicar o analfabetismo, justamente por fortalecer um regime autoritário que visava manter a coesão social, não se preocupando com o sujeito social, como na visão de Paulo Freire. A proposta era de uma alfabetização funcional de jovens e adultos, ou seja, as atividades propunham conduzir os sujeitos que abandonaram a escola, a adquirir leitura, escrita e cálculos matemáticos, para, assim, obter melhores condições de vida perante a sociedade.

Nos anos de 1985 o Mobral foi extinto, quando o processo de abertura política do país já estava relativamente avançado. Nesse período a Fundação Educar passou a apoiar técnica e financeiramente iniciativas de governos estaduais e municipais e entidades civis para a alfabetização de adultos, abrindo mão do controle político e pedagógico que caracterizava até então, a ação do Mobral. A Fundação Educar surgiu de 1985 como substituto do Mobral e tinha como especialidade a educação básica não-formal, voltada aos sujeitos excluídos prematuramente da escola ou que à ela, não tiveram acesso. Foi extinta em 1990, sendo suprida pelo PNAC, Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que durou um ano e seguia mesmas regras dos demais cursos, mudando apenas de nome.

Com medidas pontuais e descontínuas na história da EJA, esse segmento segue sem grandes motivações para o alunado. No entanto, é necessário enfatizar que Freire foi fundamental para que a educação de jovens e adultos se transformasse e se efetivasse, mudando o pensamento das décadas anteriores. O conceito de que o

adulto não era causa do subdesenvolvimento do país e que os índices de analfabetismo era fruto de uma sociedade desigual e das implementações e extinções de programas educacionais, resultaram, sempre em prejuízo para o sujeito que queria dignidade para completar os estudos.

Na década de 1990, com a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), foi estabelecido em seu capítulo II, seção V, a Educação de Jovens e Adultos, passa a ser uma das modalidades da educação básica e “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA, mostra o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui.

Ao ser estabelecida como uma das etapas da educação básica, contida na LDBEN, a EJA ganhou força e tornou-se uma política de Estado. O governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de ensino da população, principalmente, daqueles que, como mencionado, nela não tiveram/tem acesso ou possibilidade de permanência nos estudos. Com isso, é possível verificar, com o passar do tempo, que além de ser uma política educacional a EJA deve ser, principalmente, uma política social. Ela deverá dar condições para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, melhorem sua qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade.

Sendo assim, cabe ao governo, de acordo com o parágrafo segundo do artigo 37 da referida Lei, estimular o acesso da população à essa modalidade educacional e oferecer condições de funcionamento dignas para que sejam, de fato, efetivados os seus objetivos que são, entre outros, os de inclusão social e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos. Além da oferta do ensino fundamental e médio, também é possível a integração da EJA a cursos da Educação Profissional, possibilitando ao aluno alcançar o nível de ensino que ele almeja (fundamental ou médio) associado à uma qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho.

2.2 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO

As políticas públicas educacionais mais relevantes para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil surgem com a Constituição Federal de 1988, visando garantir direitos individuais e coletivos e o direito à educação a todo cidadão brasileiro.

A proclamação da declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, é um marco na história da construção do direito à educação, refletindo o consenso internacional com respeito à prerrogativa inalienável de todo cidadão de ter acesso ao ensino elementar[...] E a Constituição Federal de 1988 atendeu aos reclamos da sociedade e reconheceu o direito dos jovens e adultos ao ensino fundamental, obrigando os poderes públicos a sua oferta gratuita. (UNESCO, 2008)

Por meio da Lei, foi possível a inserção de um direito negado a sujeitos que não tiveram condições de se escolarizar na idade própria. Porém, como dito, somente com lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96 que a EJA passa a ser uma das modalidades da Educação Básica assegurando assim, “O direito das pessoas jovens e adultas ao ensino foi reafirmado como modalidade da educação básica, apropriada às necessidades e condições peculiares desse grupo”. (UNESCO, 2008)

Um marco na discussão sobre alfabetização de jovens e adultos foi o ano de 1990, com a realização em Jontiem/Tailândia, da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. (UNESCO). Um dos resultados da Conferência foi a formulação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para sanar as necessidades básicas de aprendizagem. O documento, até os dias atuais, é uma das principais referências sobre o assunto e para a implementação de políticas voltadas à EJA.

O Brasil, como Estado-membro, a partir do evento assume o compromisso de desenvolver estratégias para que a alfabetização de jovens e adultos adquirisse maior visibilidade e para que fossem ampliadas ações para a formulação de políticas públicas. Assim, o Ministério da Educação (MEC), assumindo sua função de regulação das políticas educacionais, a partir de 2004 passar a orientar a gestão de programas

de apoio à alfabetização e ensino fundamental de jovens e adultos, no âmbito da recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e instituiu, também, uma comissão nacional para apoio aos Estados, municípios e organizações da sociedade civil, para a implementação de políticas.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) se torna responsável pela formulação de políticas públicas de alfabetização e educação escolar de jovens e adultos. Ainda, nesse período, o governo federal destinou recursos específicos para essa modalidade de educação que, segundo mencionado do documento elaborado pela UNESCO (2008) é um avanço, já que, considerando a oferta reduzida e a precária qualidade da educação de jovens e adultos no Brasil e, ainda que na história da educação brasileira a EJA nunca recebeu apoio financeiro significativo.

No entanto, entre as linhas orçamentárias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), instituído a partir da lei Nº 11494/2007, hoje, a modalidade de ensino EJA não pode exceder 15% do seu total. Em função do histórico da modalidade de ensino no país, o orçamento destinado não é suficiente para suprir a demanda. Neste sentido, há a necessidade de uma estratégia de cooperação entre as esferas de governo: federal, estadual e municipal. Em relação ao governo federal, é preciso considerar que o Brasil é um país de dimensões continental e com grandes desigualdades socioeconômicas, isso posto, a colaboração da união é necessária para suprir os Estados e os Municípios com menores recursos financeiros e, ainda, fornecer apoio técnico pedagógico para o desenvolvimento de ações de alfabetização e educação básica.

Outra questão a ser destacada é que ao longo do tempo ocorreu uma mudança no perfil de estudantes que necessitam da educação de jovens e adultos, hoje, a maioria deles são jovens que precisam se organizar e alcançar seu espaço na sociedade que os marginalizam. Segundo Di Pierro, Joia & Ribeiro,

As conhecidas deficiências do sistema escolar regular público são, sem dúvida, responsáveis por parte da demanda do público mais jovem sobre os programas de ensino supletivo. [...] A entrada precoce dos adolescentes das camadas mais pobres no mercado de trabalho formal

e informal provocou a sua transferência para os programas de educação originalmente destinados à população adulta. (2001, p. 60)

Assim, essa entrada precoce no mundo do trabalho bem como o aumento das exigências de domínio nas habilidades do mundo do trabalho, são fatores principais que direcionam os adolescentes e jovens para os cursos noturnos de suplência, onde os mesmos criam expectativas de prolongar a escolaridade, pelo menos até o ensino médio. Portanto, é nesse cenário de escassez de recursos financeiros que a Educação de Jovens e Adultos impulsiona as três esferas de governo a adotar estratégias de parceria que atraem a colaboração, também, de organizações da sociedade civil para os programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos.

É neste contexto que na maior parte das vezes as funções das instâncias governamentais são restritas e os governos buscam, cada vez mais ativamente, da colaboração dos movimentos e organizações sociais para o desenvolvimento de políticas públicas para a formação de jovens e adultos. Entre as avaliações realizadas pela UNESCO (2008) esta “colaboração” pode configurar-se em uma estratégia do poder público para não absorver os encargos com a contratação de pessoal docente. A participação da sociedade civil por meio dos movimentos, das organizações sociais na EJA, poderia ser de outra natureza, como, por exemplo, realizando a conscientização, a mobilização, a organização da sociedade, o monitoramento e a avaliação dos programas e políticas governamentais.

2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DA BAHIA

Para se entender algumas das estratégias do desenvolvimento da política de educação de jovens e adultos no Estado da Bahia, a argumentação foi pautada no documento elaborado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em 2009: *Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo do tempo*. O documento foi resultado de escuta dos principais sujeitos envolvidos na EJA, desde educandos, educadores, gestores, coordenadores pedagógicos das diretorias regionais e representantes dos diversos segmentos que compõe o Fórum estadual da educação de jovens e adultos, como por exemplo, a Universidade do Estado da Bahia, (UNEB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O objetivo, com a formulação do documento, foi dar oportunidade para aqueles que participam do processo de construção da política de educação de jovens e adultos, visando as reais demandas e expectativas da população, pudessem ter voz. Entre outras questões contidas no documento encontra-se uma nova proposta de currículo para a Educação de Jovens e Adultos. Nessa proposta, consta que é dever do Estado garantir a educação básica para sujeitos jovens e adultos, considerando as experiências e formas de vidas próprias da vida adulta e da juventude. Ainda, está contido no referido documento que a EJA deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena e que quando realizada no contexto escolar, deverá se relacionar com as diversas formas de vida dos sujeitos, ou seja, o trabalho e o modo de sobrevivência dos jovens e adultos. Logo, a EJA deve ser orientada pelos pressupostos da educação popular, objetivando a formação técnica, política e social. Sendo assim, a proposta para o currículo deverá ser pautado em uma pedagogia crítica que considere a educação como dever político, visando a emancipação do educando e a formação da consciência crítica-reflexiva e autônoma, propiciando ao educando, também, um novo fazer coletivo que se desenvolverá a partir do diálogo com os próprios jovens e adultos e com educadores da EJA.

Em relação ao perfil dos estudantes, são sujeitos tanto jovens como adultos e idosos, homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nas cidades e nos campos. Na maior parte são negros e mulheres negras, moradores da localidade popular, assalariados da construção civil, empresas de transporte, segurança e etc. Além de serem, também, em sua maioria, trabalhadores de atividades informais vinculado ao comércio e ao setor doméstico. São sujeitos, em grande parcela, que não tiveram oportunidade para acessar a escola ou não conseguiram concluir ou acompanhar a educação fundamental, evadindo do espaço escolar, as vezes, pela necessidade do trabalho ou por estarem excluídos pela questão de raça, etnia, gênero, questões geracionais de opressão entre outras. Sobre esta questão Miguel Arroyo, nos alerta que:

Os jovens adultos populares não são acidentados ocasionais que, ou gratuitamente abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. História coletiva. As mesmas de seus pais, avós, de sua raça, gênero, etnia e classe social. (2007, p.30)

Ainda, segundo o autor, esses sujeitos fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos e culturais. Sendo assim, continua, o nome genérico educação de

jovens e adultos acaba ocultando essas identidades coletivas. Logo, tentar reconfigurar a EJA implica assumir essas identidades coletivas pois, afirmações genéricas ocultam e ignoram que a EJA é, de fato, uma política afirmativa e como tal tem de ser equacionada. Como foram direitos negados aos mesmos coletivos sociais, raciais etc., para o autor, tem se que se assumir a EJA, como dever específico do Estado, da pedagogia e da docência para com essa dívida histórica de coletivos sociais concretos.

Sendo assim, a primeira condição para garantia do direito à educação básica (crianças, adolescentes, jovens e adultos) é o reconhecimento dos saberes que são construídos no tempo de juventude e de adultos e das experiências e vivência do trabalho e sobrevivência desses sujeitos nas cidades e nos campos, assegurando-lhes o acesso a riqueza, a cultura, a diversidade de linguagem, ao conhecimento, a consciência corporal, as múltiplas possibilidades e complexidades do mundo do trabalho.

A educação de jovens e adultos no Estado da Bahia deve atender a jovens a partir de 18 anos jovens e idosos. Além de seguir as orientações contidas no documento base para a VI Conferência Internacional de Educação de adultos da (CONFITEA) que estabelece o seguinte norte:

As estratégias didáticas – pedagógicas da EJA também tentam superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição escolar, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimento tomados como conteúdo, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe. (2008,p.3)

Há o argumento também que:

Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referência do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. (2008, p.4)

No entanto, além das questões relacionadas ao currículo e sua necessária adequação à realidade de jovens e adultos, o documento, da mesma forma que no cenário nacional mencionado em parágrafos anteriores, demonstra que há um aumento da

presença de jovens (15 a 18) na modalidade de educação de jovens e adultos. Os relatos de educadores apresentam que não apenas jovens nesta faixa-etária, mais também de alunos adolescentes (14 a 17 anos). De acordo com as falas dos educadores da EJA, citadas no documento, tantas diversidades têm grandes prejuízos à prática de educadores que se sentem perdidos em um cenário de diferentes expectativas, saberes e ritmos variados. Além disso, não há uma metodologia, nem material didático que possa dar conta de tamanha diversidade, comprometendo, assim, a aprendizagem do educando, já que, o processo de formação se difere do processo de formação do ensino fundamental regular.

Para o enfrentamento desta realidade complexa e visando atender o estabelecido em Lei, segundo SEC/BA à época, as escolas da rede deveriam criar turmas de educação fundamental no noturno para atender ao coletivo de jovens com idade acima de 14 anos que desenvolviam atividades laborais para a garantia de sobrevivência e que só poderiam estudar a noite. Em caso de as escolas que não conseguirem formar turmas da educação fundamental no noturno para atender a uma quantidade de alunos com idade acima de 14 anos, deveriam comunicar à direção e a mesma autorizar a inserção ou permanência do aluno na EJA.

Na prática, que é possível concluir é que a questão da idade média completar o ensino fundamental, em função da realidade social e econômica do país, tem aumentado ao longo dos anos, já que, essa realidade tem um impacto direto na vida de muitos adolescentes que necessitam trabalhar para ajudar a sustentar a família e têm condições somente de estudar – quando conseguem – no período noturno.

2.4 EVASÃO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO

O processo de evasão ocorre quando o sujeito deixa de frequentar as aulas, mostrando afastamento das suas atividades escolares durante o ano letivo. Muitos são os fatores que contribuem para essa prática, no entanto, no presente tópico, serão considerados – em função dos objetivos do projeto - o papel da escola no processo de evasão escolar, já que a instituição, como responsável pelo desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas ao ensino-aprendizagem, deveria, como descrito, dialogar com a realidade do aluno evasivo, resgatando-o e assegurando a sua

permanência para a finalização de seus estudos. Sob este prisma, é possível concorda com as autoras Vera Lúcia Bortoletto Laibida e Marielda Ferreira Pryjma (2014) ao citar Vilas Boas, dizem o seguinte:

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem e presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno. (Vilas Boas 2008, p.26).

O aluno, nesse contexto, precisa ser orientado e estimulado no seu processo de ensino/ aprendizagem da mesma forma que em outras modalidades de educação, no entanto, é importante na EJA que o acompanhamento seja parte da prática como processo para que o sujeito sinta se acolhido e monitorado e, ainda, tenha possibilidade de criar laços de efetividade, facilitando, a compreensão de seu processo de aprendizagem, do contrário, em muitos casos, o distanciamento se tornará a principal causa da evasão. A aprendizagem, baseada em uma relação de confiança e de diálogo, certamente terá maiores chances de impedir ou evitar o processo de evasão.

Na prática, a EJA ainda tem enquanto desafio conseguir proporcionar nesse sujeito uma aproximação com sua vivência cotidiana e para tanto, aulas planejadas com base em um currículo pensado para o sujeito seria o ideal. Não deveria caber – nunca - aulas improvisadas ou iguais às do ensino fundamental regular que não dialogam com seu formato de vida conturbado por motivos sociais e pessoais. Segundo Arroyo,

Os jovens e adultos da EJA são uma denúncia clara da distância intransponível entre as formas de vida a que é condicionada a infância, adolescência e juventude populares e a teimosa rigidez e seletividade de nosso sistema escolar. Olhar-se no espelho das trajetórias dos jovens e adultos que volta à EJA talvez seria uma forma do sistema reconhecer a distância intransponível. Não foi a EJA que se distanciou da seriedade do sistema escolar, foi este que se distanciou das condições reais de vida dos setores populares. A educação de jovens e adultos avançará na sua configuração como campo público de direitos na medida em que o sistema escolar também avançar na sua configuração como campo público de direitos para os setores populares em suas formas concretas de vida e sobrevivência. (2005, p.48-49)

Os problemas em relação à evasão escolar, na maior parte das vezes, são ditos pelos órgãos governamentais como sendo de responsabilidade somente do aluno, culpando-o por sua dificuldade de aprendizagem e pelo seu fracasso na escola. Arroyo(2005) nos mostra que fala-se de aluno evadido, não de aluno excluído. Fala-se de fracasso do aluno, não do fracasso da escola. Nesse sentido, quando o Estado responsabiliza o educando pelo seu fracasso, considerando somente as questões individuais, esquece que os mesmos são provocadas por fatores de ordem socioeconômica, que evidenciam ainda mais as desigualdades.

Para evidenciar a gravidade da evasão escolar na EJA, de acordo com o Censo de 2015, nos dados divulgados pela Agência Brasileira de Notícias, aparece a tragédia, “no total, os 3,4 milhões de adultos que frequentavam a escola em 2015, foi um número 4,5% menor que em 2014. A queda já vinha ocorrendo desde 2007, segundo os dados divulgados pelo MEC.” (EBC, 2016)

Ainda, outros fatores são possíveis e devem ser considerados ao se discutir evasão escolar de jovens e adultos na educação, como por exemplo, aqueles contidos na argumentação utilizada e descrita no documento elaborado pela UNESCO (2008, p. 81) ao analisar as experiências relacionadas à educação de jovens e adultos no estado do Paraná, nele consta que é necessário uma atuação simultânea em quatro direções: articular a alfabetização de jovens e adultos a outras políticas sociais (de saúde, assistência, trabalho e renda) que favoreçam a mobilização e permanência dos educandos no processo; aperfeiçoar a gestão, agilizando processos e controles; criar condições de ensino e aprendizagem apropriadas, incluindo assistência aos estudantes (merenda, óculos, transporte) e desenvolvimento profissional dos educadores.

O Pesquisador da Ação Educativa Daniel Cara (2015), ao comentar os dados sobre o Censo Escolar de 2015 diz que quando há dificuldade, as escolas rurais e a EJA são as que mais sofrem com os cortes. A EJA não tem sido tratada como um direito, mas como uma etapa secundarizada. Gestores priorizam crianças e adolescentes. Acreditam que jovens e adultos que não conseguiram estudar no tempo regular, não têm tanta prioridade. “Um aluno da EJA representa a ressignificação do processo de

ensino e aprendizagem na escola. Para todas as crianças e adolescentes que convivem com ele, é um exemplo positivo”. (EBC,2016)

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

O projeto de pesquisa objetiva compreender as situações vivenciadas por jovens e adultos para permanecerem na escola e, ainda, identificar as causas e consequências que levam a evasão desses(as) alunos(as) do espaço educacional. Visa também apreender quais são as estratégias desenvolvidas pela instituição escolar, para assegurar a permanência destes sujeitos.

3.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Mapear, via Secretaria da Educação, alunos que frequentavam a Educação de Jovens e Adultos no ano de 2016, no Município de São Francisco do Conde, visando compreender o perfil que os compõe.
- ✓ Selecionar escolas que atendem o público jovem e adulto no Município de São Francisco do Conde; visando analisar a proposta curricular utilizada e as estratégias pedagógicas desenvolvidas para o alcance dos objetivos propostos.
- ✓ Mapear, no Município de São Francisco do Conde, as Diretrizes Curriculares voltadas para a EJA e os documentos que normatizam a política pública direcionada para esta modalidade de Ensino;
- ✓ Compreender, por meio das falas dos alunos, o processo percorrido e que resultou na sua não permanência no espaço escolar, efetivando na evasão.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir dos objetivos descritos acima e para aplicar o projeto de maneira eficiente, o tipo de pesquisa que será selecionado é o de cunho qualitativo, uma vez que de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 31-32), esse aproxima o sujeito do objeto de estudo, salientando a importância da experiência de vida e as particularidades do cotidiano, em razão de compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais.

Também, a pesquisa será de natureza exploratória, em função da flexibilidade no planejamento para o seu desenvolvimento. As autoras acima mencionadas, ao citar Gil (2007, p. 35), classificam os tipos de pesquisa quanto aos seus objetivos em três categorias: exploratória, descritiva e explicativa. A primeira, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Os dados obtidos com a análise documental propiciará a construção qualitativa da pesquisa, partindo do princípio da importância em compreender a realidade a partir das informações que compõem o contexto educacional investigado. A análise documental, pode ser compreendida como aquelas que se baseiam em

Documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas e extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta (PIMENTEL, 2001 P. 180).

No caso deste projeto, são/serão utilizados - além da referências bibliográficas, documentos normativos da Secretaria de Educação do município de São Francisco do Conde. Em relação às entrevistas, que serão realizadas tanto com alunos que passaram pela escola quanto com profissionais da escola selecionada e da Secretaria Municipal de Educação. Para Álvaro Francisco de Britto Júnior & Nazir Feres Júnior ao citarem Richardson, que nos ensinam que:

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber o realizado entre duas pessoas. Richardson (1999, p. 239)

Já, Belei, Paschoal, Nascimento & Matsumoto (2008), ao citarem Manzini (2004) dizem que existem três tipos de entrevistas: estruturada, semiestruturada e não-estruturada. No caso do referido projeto, será utilizada a semiestruturada, ou seja, aquela que é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas (p.189).

Sobre o público alvo, serão alunos do fundamental II do tempo formativo II, eixo temático IV na modalidade da educação EJA, (os ciclos contemplam alunos cursando o 6ª e 7ª ano) oferecidas no período noturno, como dito, da cidade de São Francisco do Conde. Por meio das entrevista, que serão realizadas com professores, coordenadores e alunos, pretende-se investigar as causas e consequências da evasão escolar bem como o envolvimento dos atores no processo e como as ações desenvolvidas na escola são, de fato, inseridas no cotidiano da vida daqueles alunos. Logo, busca-se identificar no processo, fatores que não contribuíram para a permanência do educando no ambiente escolar. Todo o processo será com o consentimento dos participantes, por meio de um diálogo inicial propondo o desenvolvimento das entrevistas.

5 CRONOGRAMA

Etapas	ANO					
	2017		2018		2019	
	2º sem.		1º sem./ 2º sem.		1º sem./ 2º sem.	
1. Ajustes do projeto de Pesquisa		x	x	x		
2. Elaboração do instrumento de pesquisa			x	x		
3. Coleta de dados			x	x		
4. Análise e discussão dos dados				x	x	
5. Elaboração do relatório de pesquisa					x	
7. Redação final do TCC						x
8. Defesa						x

REFERÊNCIAS

- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: . Acesso em: 20 de outubro de 2014.
- _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Alunas e Alunos da EJA. Brasília, 2006, p. 3-19. Disponível em: . Acesso em: 16 de mai. 2014.
- Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. — Brasília: UNESCO, 2008. 212 p.
- ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.
- BEISIEGEL, C. R. Considerações sobre a política da União na educação de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 4, p. 26-36, 1995. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE04/RBDE04_04_CELSO_DE_RUI_BEISIEGEL.pdf>.
- BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e vídeo- gravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, v.30, p.187-199, 2008
- BRASIL. Lei n. 16, de 12 de Agosto de 1834. Disponível em: Acesso em: 16 de mai. de 2014. _____. Ministério da Educação. Lei n. 5692/71.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/ CEB nº. 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2000. Seção 1e, p. 15.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Caderno Cedes, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.
- Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo do tempo. Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2009.
- IRELAND, T. De Hamburgo a Bancoc: a V CONFINTEA revisitada. Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, n. 0, 2007. Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/atual/ artigos/REVEJ@_0_TimothyIreland.htm>
- LAIBIDA, Vera Lúcia Bortoletto; PRYJMA, Marielda Ferreira. EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): professores voltados na permanência do aluno na escola. OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE, 2013.

PIMENTEL, Alessandra. O MÉTODO DA ANÁLISE DOCUMENTAL: SEU USO NUMA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina Pr, v. /, n. 114, p.179-195, nov. 2001. InÉdito

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In:

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. Cap. 2. p. 31-42.